



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1014750-19.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A**
 Requerido: **Victor Nivaldo Francisco Pereira Padilha**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos

A financeira ajuizou ação contra a parte pedindo a busca e apreensão do veículo descrito na petição inicial, objeto de alienação fiduciária, haja vista a inadimplência. Deferiu-se e cumpriu-se liminarmente a busca e apreensão (fls. 38/39 e 49). Carta de citação expedida e recebida (fl. 86).

É o relatório.

Fundamento e decido.

A alienação fiduciária em garantia está documentalmente comprovada, sendo deferida medida liminar, devidamente cumprida.

A parte, ciente não só de suas obrigações contratuais, como das consequências do feito, ficou-se inerte quanto à contestação, o que dispensa comentários. Aliás, uma vez apreendido o veículo, deveria tomar as devidas providências para afastar o ato; se não o fez, presume-se a ausência de quaisquer argumentos a afastar o ocorrido.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e transformo em definitiva a medida liminar concedida, declarando consolidada a propriedade, assim como a posse plena e exclusiva da autora, sobre o bem objeto da ação, com a faculdade de promover a venda, na forma estabelecida no artigo 3º, § 5º, do Decreto-lei nº 911/69.

Oportunamente, cumpra-se o disposto no artigo 2º, do Decreto-lei nº 911/69, comunicando-se à CIRETRAN a autorização para proceder a transferência do veículo a terceiros.

Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios fixados em 10% do valor atualizado da causa.

Com o trânsito em julgado, arquite-se.

P.I.C.

São Carlos, 23 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**